

CATÁSTROFES ANTRÓPICAS

UMA APROXIMAÇÃO INTEGRAL

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

LUCIANO LOURENÇO
FÁTMA VELEZ DE CASTRO
(COORDS.)

GUERRAS E CONFLITOS DE NATUREZA IRREGULAR,
TERRORISMO E RADICALISMOS
WARS AND CONFLICTS OF AN IRREGULAR
NATURE, TERRORISM AND RADICALISM

Carlos Manuel Mendes Dias

Coronel

Academia Militar e ISCIA, Portugal

ORCID: 0000-0003-1546-9162 carlos.mendesdias@gmail.com

Sumário: O texto aqui estampado efetua uma abordagem de caráter académico e concetual ao tema, através de aproximações que permitam, não só entendimento isolado dos assuntos — guerra, conflito, irregularidade, terrorismo, radicalismo —, mas também as relações que entre eles, com coerência, se estabelecem. Procura-se ainda estimular a curiosidade, a perspicácia e o rigor académicos.

Palavras-chave: Guerra, terrorismo, radicalismo.

Abstract: The organized words that follow are typified by an academic and conceptual approach to the issue seeking, simultaneously, a separated understanding — war, conflict, irregularity, terrorism, radicalism — and the links or relationships that can be established in between. In addition, we are looking for the academics curiosity, acumen and accuracy.

Keywords: War, terrorism, radicalism.

“A imagem de cada povo, um estereótipo dificilmente alterável, circula sem barreiras alfandegárias no material cultural produzido, e isso é ainda um domínio onde os povos não se libertaram dos retratos que, num passado velho, lhes tiraram... Acontece regularmente que os discriminados pagam na mesma moeda e, conseqüentemente assumem um racismo de reação, que é uma forma fácil de recuperação da dignidade perdida ou ofendida. A violência e o conflito entre os grupos tornam-se moeda corrente... O nacionalismo é outra questão que, tal como a ideologia racista, lida apenas com um problema: o da independência da nação e do seu acautelamento, como um bem em si mesmo na esfera temporal... Malraux (s.d.) talvez tivesse sumariado tudo e dito o essencial ao prognosticar que a nação era «uma comunidade de sonhos». E é por isso que o nacionalismo tem um efeito à retaguarda; porque faz crer a cada pequena comunidade ou minúscula sub-cultura que pode ter um Estado e conseqüentemente uma nacionalidade. Ou seja, que são uma Nação sem Estado, com pouca atenção às condições reais de viabilidade... os muçulmanos da Bósnia, paradoxais islâmicos eslavos, para lá do laço religioso, é também o que procuram na sua turbulenta história como documenta Francine Friedman (1995). O terrorismo, a guerrilha, o banditismo; em fim a guerra como conceito e realidade enquadrante, onde existe lugar para as mais variadas técnicas, mesmo a estratégia da resistência passiva, não raro são associados diretos deste processo e já se viu suficientemente bem na Europa que, neste domínio, não há partos sem dor”

(Bessa e Dias, 2007, p. 120, 121 e 122).

Introdução

O tema que nos foi proposto, como todos, pode sofrer aproximações por diferentes eixos, tendo nós optado por aquele relativo, não só à «Akademeia», à Escola, mas, em contexto, o que integra corredores de mobilidade que se plasmam em espaços mais vastos, com nomes tão esquisitos, como tão utilizados, mas que

por isso, lá vão aparecendo em dicionários, também tão diferentes, quanto tão escassamente lidos, num conjunto que designamos simpaticamente por doutrina.

Em linha, a expressão que titula este conjunto de letras inclui palavras pesadas de significado e de consequência, mesmo do ponto de vista acadêmico, que importaria, em ação de forçoso respigar, declinar e aprofundar levemente, dadas as características do texto, com a induzida consciência que os saberes de privilégio abusados são os das Relações Internacionais, da Estratégia, da Geopolítica e mesmo os da Ciência Política.

Guerra e Conflito

As questões que emergem do intitulado foram, em alguma medida, analisadas em Dias (2010); por essas não vasculharemos de novo, por impossibilidade. O que se julga de maior interesse mencionar é aquilo que pode ser sintetizado pela expressão muito conhecida de todos: “*toda a guerra é um conflito, mas nem todo o conflito é uma guerra*”.

Em concreto, nas duas palavras encontram-se requisitos de hostilidade, de intencionalidade, de dano que os antagonistas querem provocar e a consciência que têm das consequências da resultante, da tendência de incompatibilidade de objetivos/interesses e do atrito imanente.

A diferença encontra essência no seguinte: numa circunstância conflitual, o leque de instrumentos coercivos não integra o «conjunto físico/militar», nem sequer o seu potencial uso; em guerra, tal dimensão da violência é tipificadora da conjuntura, quer em ato, quer em putativa possibilidade¹.

¹ “*E tanto é verdade a ideia de «estado de guerra», de «situação de guerra» que do ponto de vista do Direito tem sido objeto de muitas reflexões, mesmo no que concerne ao Direito Internacional até ao Direito Constitucional. Acresce menção ao facto daquele estado [...] também se projeta, por exemplo, no âmbito do Direito Penal substantivo e do Direito Penal Militar [...] (Gouveia, s.d.)*” (Dias, 2010, p. 171).

“Buscando a implementação da Convenção de Hague, após o culminar da II Guerra Mundial e reconhecendo as dificuldades induzidas pela adjetivação das guerras em declaradas e não declaradas ou entre solenes e não solenes, diferentes autores, particularmente os juristas, e outros responsáveis, viram nas possibilidades oferecidas pela gramática uma provável solução. Assim, o substantivo «guerra» sem qualquer adjetivação adquiria o significado de uma guerra declarada formalmente, não querendo isto dizer que o fosse através de uma declaração de guerra, embora o seu uso tivesse estatuto de preferencial. Uma guerra não declarada adquiria a denominação de «conflito armado», expressão introduzida após a II Guerra Mundial (Hallet, 1998, p. 97), originando por consequência, a utilização de «conflito não armado», o que em tese se pode aceitar, visto que uma situação de conflito não se caracteriza pelo elemento armado... O que nos parece mais importante destacar sobre o subterfúgio escolhido, é o esvaziamento causado à dicotomia Guerra-Paz e à substância inerente, incluindo os seus entendimentos. De facto, por absurdo, a afirmação de que apesar do conflito armado grassar no Vietname, era vigente uma situação de paz, do ponto de vista da legislação internacional, mostrava-se verdadeira, o que era desmentido pela realidade” (Dias, 2010, p. 209).

A reflexão indica logo a consequência que é preciso reter: só faz a guerra o «grupo político», o «ator político», com objetivos políticos, definidos esses grupos, não por critérios de finalidade, mas antes por critérios de meio, adquirindo a valência de político, aqueles agrupamentos com capacidade para perpetrar violência, para produzir força, encarada esta em sentido restrito, ou seja, física/militar. E, neste contexto, há muito tempo (e ainda antes dos Estados) que nem só os Estados possuem essa capacidade².

Por outro lado, as questões de método não podem ser subvalorizadas; em assunto de guerra, de destrinças e de proliferação de expressões e embora não seja o tema, acautele-se que o objeto não pode ser confundido com a classificação que se lhe

² Sobre o entendimento de guerra, ver Dias (2010).

dá, porque esta obedece a critério; neste caso, critérios de classificação do próprio fenómeno que, em confuso agravamento, ainda são utilizados consoante o ator ou agente que atribui nome³.

Efetuada sobre o assunto outra tipologia de aproximação e porque falámos do campo das Relações Internacionais, parece útil explicitar, em síntese, de que estamos no domínio das relações conflituais, não esquecendo a existência das de cooperação e de complementaridade, todas de índole horizontal. Tais interações, as primeiras, suscitam o planeamento e emprego de medidas coercitivas (particularmente quando se esgotam outros mecanismos de resolução), objeto dos «mundus» da estratégia (Dias e Sequeira, 2015). Também por isto, a guerra é um facto estratégico e a estratégia um submundo das Relações Internacionais.

A irregularidade nas guerras/conflitos armados opõe-se, em abstrato, à regularidade que facilmente se associa à ideia da teoria e prática, pensada e aplicada num quadro pautado por organizações aceites e concebidas de maneira doutrinária, por ordens, métodos e tempos conhecidos de forma geral, formal e oficial, por respeito de normas, convenções, regras de empenhamento e outros elementos de organização, mesmo quando evitados de informalidade, mas respeitados pela maioria, pela utilização de meios ditos convencionais à época e que são públicos (convencionais porque são empregues pela maioria das organizações regulares, com efeitos que se aceitam nestes contextos de violência; por isto é que uma «guerra nuclear» nunca seria uma «guerra convencional» em nossos tempos, por exemplo), até do ponto de vista do mercado oficial, pela organização da área de operações como de costume, onde até as linhas de confronto assumem uma certa linearidade, pela existência de forças regulares, identificadas por distintos e distintivos uniformes e armamento, entre outros; poderíamos até afirmar do primado do padrão e esse, do conhecimento de todos.

Assim, já percebemos que as «guerras/conflitos irregulares» (que corresponde a uma classificação de acordo com esse critério) existem desde sempre e mesmo na conflitualidade dita convencional, existe espaço para atuações irregulares (como

³ “A guerra da Argélia foi classificada pelos russos como guerra de libertação, e pelos franceses como guerra revolucionária; para os argelinos, era convencional (?), para os franceses subversiva. A guerra do Quênia foi, para os ingleses, de pacificação, e para os afro-asiáticos colonial” (Santos, 1983, p. 202).

sempre existiu). No domínio do irregular convivem pensamento fora do «pronto a pensar», metodologia inaceitável para muitos e também por isso fora do seu fértil cerebral, a busca de condições de superioridade, quer na dimensão tangível, quer na intangível, particularmente quando o agente produtor de violência é mais modesto que os restantes, seja no que se refere a organização e a recursos, seja no respeitante à sua existência em paridade plena com os restantes no campo que a «vida internacional» vai configurando; no terreno, as forças irregulares pululam e nem sequer o espaço que percorrem descortina que «são força» ou por oposição, em tentado aprofundamento, sabendo da existência, nunca seria racional a sua utilização.

É neste enquadramento sintetizado e quase estilizado, que a possibilidade do fraco se tornar forte, do fraco vencer o forte, em determinado momento, local e circunstância, se pode materializar, nem que seja pelo efeito de paralisia que se consegue no gigante que se enfrenta que, por diferentes razões, até pode não conseguir «empregar tudo o que tem».

Terrorismo

O terrorismo, tal como a guerrilha ou a Blitzkrieg alemã são técnicas que podem ser utilizadas em diferentes circunstâncias; mas para que fique claro e do terrorismo por temática atribuída falamos, pode existir no plano da tese, ação terrorista em tempos de paz, em tempos de guerra, numa guerra tida por convencional, entre outros. Uma coisa nos parece certa: não existem guerras contra uma técnica e, sendo assim, sem deixar de entender o emprego ostracizamos, por exemplo, a expressão «guerra contra o terrorismo» e outras muito parecidas, usadas pelos especialistas sobre estas matérias⁴.

⁴ Pires (2016, p. 139) citando Hobsbawm (2008, p. 137) «*A chamada guerra contra o terror não é uma guerra, exceto no sentido metafórico que usamos quando falamos em guerra contra as drogas ou guerra dos sexos*».

Interessa dizer que quando falamos de terrorismo, hoje e já há algum tempo, estaremos a tratar de um fenómeno político, com a ação terrorista, violenta, a ter propósito final de natureza política – é o jacobino terror feito utensílio político - e marcada pela indução ou sua tentativa, de elementos como a incerteza (no tempo, na oportunidade, no alvo, na arma, no meio, no local, entre outros), a insegurança, o medo, a desconfiança, a desestabilização⁵ e a máxima exponenciação de efeitos, particularmente hoje, com territórios forçosamente, contíguos, justapostos, sem perder a existência de profundidade, nos territórios do virtual⁶, onde a instantaneidade, a manipulação, a imagem, o som, a informação com horror ao conhecimento, são poderosos multiplicadores da percepção gerada nas sociedades, por sua vez pressionantes da decisão.

O fenómeno alimenta-se da seiva psicológica recolhida pela sua consequência, que só é eficaz se corresponder à finalidade da ação; quer e necessita de ser conhecido, de ser levado, pelos transportes, mais ou menos virulentos, dos meios de comunicação de massas e de todas as plataformas comunicacionais possíveis. Procura-se o choque nas mentes; busca-se a indecisão, a paralisia pelo medo e pela não aceitação de reação «à altura».

Não há facto terrorista escondido e tímido; deixamos isso para a «guerrilha», que não reivindica aquilo que faz – na «guerra das sombras» encontra o seu oxigénio -. Estamos muito longe (e usamos o exemplo dada a hodiernidade) dos «Assassinos»⁷ atuantes por alturas dos séculos XI , XII e até XIII (Lewis, 2003).

A ligação da ação terrorista com a «irregularidade» do capítulo anterior encontra assim óbvia explicação violentando paradoxalmente a ideia de que «o óbvio não se explica». A ação terrorista, por uso de meios mais modestos ou que seriam «impen-sáveis» de utilizar, incluindo nos métodos e forma — que incluem pessoas —, por consequências imediatas situadas fora do quadro mental e cultural dos agentes-

⁵ “Por outro lado, o terrorismo tem sido, a nível interno e a nível internacional, um dos fatores que mais contribui para a desestabilização da vida do dia-a-dia” (Fontes, 2013, p. 60).

⁶ “Grande parte da vida dos povos assenta cada vez mais em elementos virtuais. A cada ano que passa aumenta exponencialmente o número de transações efetuadas na rede world wide web, independentemente da sua natureza ou do seu volume, mas todas com relevância para a «estabilidade do quotidiano» da vida humana” (Fontes, 2013, p. 59).

⁷ “... (do árabe Hashishiyya)” (Lewis, 2003, p. 128).

-alvo, pela manipulação da psique alheia, procura fazer ganhar, em condições que, à priori, porque se enfrentam «gigantes», lhe seria desfavorável para a consecução dos objetivos finais; e, em abono da verdade, mesmo hoje, os «sucessos» desses grupos políticos que se tipificam pelo abundante e, por vezes único, uso desta técnica, a haverem, são mais táticos, que estratégicos e/ou políticos.

Radicalismos

Os «radicalismos» associam-se à fenomenologia violenta de várias e variadas maneiras, sendo que o seu funcionamento como forte ignidor é mais facilmente obtido com carga de pólvora de qualidade; esta é encontrada no classicismo das razões de sempre, porque somos animais (e não vegetais), onde se enquadram religiões, etnias, raças, ideologias, lanças mobilizadoras de decisões e atitudes que não esquecem, nem o podem fazer, assuntos de território, de recursos, reposteiros de cortinas de naturais interesses.

Na nossa opinião, radicalismo não pode ser entendível como fundamentalismo. Julga-se que a procura do conhecimento e da prática do fundamento será normal, até porque a reflexão e discussão sobre o assunto é imanente, incluindo-se nos domínios da teologia, da demografia, qualitativa e quantitativa, da antropologia, do direito, da psicologia, entre outros.

Ora o radicalismo não trata disto; antes, não admite discussão, expulsa a negociação, exclui reflexão e, até a ciência, sobre outras interpretações, ostraciza adaptações a circunstâncias diferenciadas, manipula por seleção judiciosa de textos, quer para uso, quer para os enviar para o caixote do lixo da História, quando não se veem carregados de conteúdo que possa justificar ou sustentar posições de grupos e dos seus responsáveis, com particular destaque para os agrupamentos políticos, por potenciais produtores de violência e pela normal existência de militância, conjunto que puramente ou por negligência não sabe e, como tal também não questiona; que por raízes engrossadas pelos séculos de tempo, de história e de cultura, plasmando-se neste eixo rivalidades de sempre, não percebe a «outra maneira» e, por consequin-

te, se constitui por mais facilmente manipulável; que por interesse e status milita⁸; que a isso é forçada.

E a «populça», umbilicalmente amarrada à primeira das características da guerra (e voltamos ao início do texto) bem expressa, pasme-se, em Clausewitz, que é o tal ódio existente que interessa inflamar, a hostilidade latente e adormecida que urge despertar, vê-se corporizar a natureza subjetiva do fenómeno interagindo, por sua vez, com a índole objetiva, a violência, verdadeiro elemento «de barbas», por permanente.

Conclusão

Finalizamos o texto de forma interesseira, aproveitando para associar objetivamente, sem burilção de caverna, mais duas questões que, em simultâneo, decorrem do e induzem ao conjunto de letras até aqui efetuado:

- A primeira, como não podia deixar de ser, traz ao nosso convívio a Geopolítica, como estudo, como método, como forma de pensar; o tema também se enquadra no método geopolítico (estudo dos fatores demográfico e estruturas) (Dias, 2010); por outro lado coabita na designada «geopolítica popular», vertente da plural geopolítica crítica (Bessa e Dias, 2007; Dias, 2012). O campo, ocupado pelo povo, é o das perceções, das representações, da retórica cativante e mobilizadora, dos «media», do «framing» (Dodds, 2007; Dias, 2012);
- A segunda, com múltiplas aplicações, a diversos e diferenciados temas (incluindo-se o nosso), traduz-se na ideia, no espírito e na alma, de que nem tudo é aceitável (e não estamos amnésicos relativamente ao tempo e circunstância histórica); a ser assim, a impossibilidade de condução, mínima,

⁸ “*Em terceiro lugar, por detrás de visões religiosas extremas estão postulados de poder individual e coletivo muito apelativos. Aos combatentes oferece-se não dinheiro, mas poder efetivo. Com uma missão muito clara, oferece-se uma vida com regras estritas, com direito a família (com mais de uma mulher), a escravos, a poder exercer a violência sob a forma de tortura e de morte, a impor vontade aos que não se convertem. Nestes espaços, os que existiam e os que poderão vir a existir preparam a geração seguinte*” (Pires, 2016. p. 51).

das sociedades humanas, como as entendemos, será convicta e grave utopia. A admissão daquele significado tem forte consequência na fragilização de valores e princípios (que certamente se alteram, mas pelo facto de o serem, têm nalguma perenidade tipificadora característica) e na possibilidade radical de sua inexistência; a resultante será ainda mais grave: a completa incapacidade de escolher.

E tudo a bem de projetos claramente humanos...

Referências bibliográficas

- Bessa, A. & Dias, C. (2007). *O Salto do Tigre. Geopolítica Aplicada*. Lisboa: Prefácio.
- Dias, C. M. M. (2010). *Sobre a Guerra*. Lisboa: Prefácio.
- Dias, C. M. M. (2012). *Geopolítica. Velhas mas novas aproximações e o contrário*. Aveiro: Mare Liberum.
- Dias, C & Sequeira, J. (2015). *Estratégia. Fundamentos Teóricos*. Tomo I. Lisboa: Letras Itinerantes.
- Dodds, K. (2007). *Geopolitics. A very short introduction*. New York: Oxford University Press.
- Fontes, J. (2013). *O direito ao quotidiano estável*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Lewis, B. (2003). *A Crise do Islão. Guerra Santa e Terror Ímpio*. Trad. Margarida Periquito, Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Pires, N. L. (2016). *Resposta ao Jihadismo Radical*. Alcochete: Nexo Literário.
- Santos, J. A. L. dos (1983). *Incurções no Domínio da Estratégia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.